



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO




CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT nº 092/2007 - DIEESE

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO-SPPE E O DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE, SENDO INTERVENIENTE O CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - CODEFAT, OBJETIVANDO O DAR CONTINUIDADE AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO "CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO/PED E DESENHO DE NOVOS INDICADORES E LEVANTAMENTOS".

O MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "F", Brasília - DF, intermédio da SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO - SPPE, CNPJ nº 07.526.983/0022-78, representada por seu Secretário, ANTONIO SÉRGIO ALVES VIDIGAL, CPF nº 525.498.107-59, Identidade nº 295.743, expedida pela SPTC/ES, com base na competência cometida pela Portaria Ministerial nº 36, de 4 de fevereiro de 2005, sendo interveniente o CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - CODEFAT, representado por seu Presidente, LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO, CPF nº 125.420.676-00, Identidade nº 13.628.804, expedida pela SSP/SP, com base na competência cometida pela Resolução nº 552, de 22 de agosto de 2007, doravante denominados CONCEDENTE, e o DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, com sede na Rua Ministro Godói, nº 310, Perdizes, São Paulo/SP, CNPJ nº 60.964.996/0001-87, representado por seu Diretor Técnico, CLEMENTE GANZ LÚCIO, brasileiro, Identidade nº 1.540.892-8, expedida pela SSP/PR, CPF nº 298.827.029-53, daqui por diante denominado CONVENIENTE, sujeitando-se, no que couber, aos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Instrução Normativa STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997 e suas alterações, e na Resolução do CODEFAT nº 531, de 12 de abril de 2007, RESOLVEM celebrar este Convênio, na conformidade dos elementos constantes do Processo MTE nº 46070.000500/2007-01 mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo o estabelecimento de cooperação técnica e financeira visando dar continuidade ao desenvolvimento do Projeto "Consolidação do Sistema Estatístico da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos", tendo como base estatística que subsidia a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda bem como produzir informações estatísticas no mundo do trabalho.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes se obrigam a cumprir o Plano de Trabalho anexo a este instrumento, elaborado, na forma do art. 2º da Instrução Normativa STN nº 1, de 1997, devidamente justificados, nos termos das Resoluções do CODEFAT nº 054, 055, de 1993 e 464, de 2005, aprovado pelo Departamento de Emprego e Salário/DES e a Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho/CGET/SPPE/MTE, que passa a fazer parte integrante deste Convênio, independente de transcrição.

Parágrafo Primeiro. Poderão ser efetuados eventuais ajustes no Plano de Trabalho desde que previamente autorizados pelo CONCEDENTE, observado o disposto no art. 15, da Instrução Normativa nº 1, de 1997.




CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

I - Compete ao CONCEDENTE:

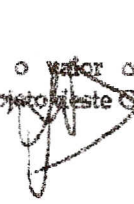


- a) manter a supervisão, o acompanhamento, o controle e a avaliação da execução do Plano de Trabalho, parte integrante deste Convênio, inclusive no que respeita à qualidade dos serviços prestados;
- b) transferir ao CONVENIENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho aprovado;
- c) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, assumindo ou transferindo a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação das atividades ou de outro fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- d) fornecer dados, informações necessários ao bom desenvolvimento e consecução deste Convênio;
- e) analisar e aprovar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que previamente apresentadas, por escrito, acompanhadas de justificativas e que não impliquem mudança do objeto;
- f) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, dos recursos transferidos para execução deste Convênio;
- g) analisar e aprovar as prestações de contas encaminhadas pelo CONVENIENTE, observando os procedimentos estabelecidos pela IN nº 1, de 1997;
- h) designar, formalmente, responsável pelo o acompanhamento e fiscalização da execução deste Convênio.

II - Compete ao CONVENIENTE:

- a) executar as atividades inerentes à implantação deste Convênio com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho e seus Anexos, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência e eficácia, efetividade social e qualidade pedagógica em suas atividades;
- b) elaborar diretrizes para o planejamento e a programação dos trabalhos a serem efetuados, bem como definir o cronograma de execução das tarefas, sujeitos à aprovação do CONCEDENTE;

- c) realizar atividades na área de emprego e desemprego, conforme disposto nas resoluções do CODEFAT;
- d) sistematizar, acompanhar e avaliar as informações sobre mercado de trabalho geradas pelo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - SPETR e demais fontes disponíveis;
- e) responder pela privacidade e sigilo das informações relacionadas ao objeto deste Convênio;
- f) movimentar os recursos financeiros em conta específica do Convênio, de acordo com o que preceitua o art. 20 da Instrução Normativa STN, nº 1, de 1997;
- g) aplicar e gerir os recursos repassados pelo CONCEDENTE concomitantemente com os correspondentes à sua contrapartida exclusivamente no objeto do Convênio e de conformidade com o Plano de Trabalho aprovado;
- h) disponibilizar os recursos financeiros, referentes a sua contrapartida, de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho e com as disposições da Cláusula Quarta deste Convênio;
- i) encaminhar prestação de contas dos recursos recebidos, de acordo com o estabelecido, na forma Instrução Normativa nº 1, de 1997, junto com o relatório final e com os resultados alcançados;
- j) arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre este Convênio;
- k) devolver o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos de aplicações financeiras, por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU Simples, a crédito da SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, Código 380908 e Gestão 00001, no prazo de trinta dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão deste Convênio, conforme art. 109 da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, e Instrução Normativa STN nº 3, de 12 de fevereiro de 2004 e Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004;
- l) realizar a contratação de entidades executoras com base nos procedimentos previstos na Lei nº 8.666, de 1993, especialmente naquilo que se refere a licitações e contratos, devendo utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade de pregão, preferencialmente, em sua forma eletrônica, salvo se comprovada a inviabilidade desta forma, nos termos do § 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005;
- m) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Convênio;
- n) propiciar os meios e as condições necessárias para que os técnicos do CONCEDENTE, os servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União tenham acesso aos documentos relativos à execução do objeto deste Convênio, bem como prestar a estes as informações solicitadas;
- o) fornecer as informações solicitadas pelo CONCEDENTE, referentes ao projeto e das atividades a serem contratadas;
- p) recolher à conta do CONCEDENTE, o valor corrigido da contrapartida, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto deste Convênio;

q) recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referentes ao período compreendido entre a liberação do recurso e a data prevista para sua utilização na forma do Plano de Trabalho, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto e ainda que não tenha feito aplicação;

r) incluir os recursos transferidos no âmbito deste Convênio, no seu orçamento conforme exigência constante do § 4º, do art. 2º da Instrução Normativa nº 01, de 1997.

s) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

t) disponibilizar ao **CONCEDENTE** os produtos desenvolvidos no âmbito deste Convênio na medida em que são de sua propriedade;

u) designar, formalmente, Coordenador pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste Convênio;

v) encaminhar ao **CONCEDENTE** os relatórios e boletins indispensáveis ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das ações previstas e da aplicação dos recursos recebidos.

w) registrar em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos do **CONCEDENTE**, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Convênio e a especificação da despesa, nos termos do § 1º art. 54 do Decreto nº 93.872, de 1986.

Parágrafo Único. Os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas, assim como o cadastro dos beneficiários do programa, deverão ser arquivados pelo **CONVENIENTE**, em ordem cronológica, no órgão de contabilização, onde ficarão à disposição dos órgãos de controle interno e externo da União, conforme disposto no § 2º do art. 54 e no § 2º do art. 66 do Decreto nº 93.872, de 1986.

III - Compete ao CODEFAT:


a) estabelecer os critérios para a transferência dos recursos de que trata este Convênio; e

b) acompanhar e avaliar o impacto social e a gestão econômico-financeira dos recursos, bem assim o atingimento das metas propostas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução deste Convênio, no montante de R\$ 3.614.971,83 (três milhões, seiscentos e quatorze mil, novecentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos), incluindo a contrapartida, serão alocados conforme o Plano de Trabalho aprovado, obedecendo a seguinte distribuição:

1 - O **CONCEDENTE** transferirá o valor de R\$ 3.011.147,71 (três milhões, onze mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), de acordo com o cronograma de desembolso previsto no anexo I ao Plano de Trabalho, que serão alocados a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no Programa de Trabalho nº 11.571.0099.4812.0001, - Pesquisa de Emprego e Desemprego, UG 380908, Fonte 0180, Natureza da Despesa 33.50.41, Nota de Empenho nº 2007NE900654, de 19/11/07, sendo repassado no exercício de 2007, o valor de R\$ 1.505.573,86 (um milhão, quinhentos e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos) e no exercício de 2008, o valor de R\$ 1.505.573,85 (um milhão, quinhentos e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos).



II - O CONVENIENTE a título de contrapartida, alocará o valor total de R\$ 603.824,12 (seiscentos e três mil, oitocentos e vinte e quatro reais e doze centavos), para pagamento de todas as despesas referente à execução das atividades estabelecidas no Plano de Trabalho.

Parágrafo Primeiro. A liberação da parcela aprovada para o referido Convênio ficará condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos na Instrução Normativa/STN nº 1, de 1997.

Parágrafo Segundo. A transferência dos recursos será realizada de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal.

Parágrafo Terceiro. As receitas oriundas dos rendimentos das aplicações financeiras dos recursos do Convênio não poderão ser computadas como contrapartida e, quando couber realinhamento de preços para execução do objeto deste Convênio, poderão ser agregadas ao saldo do valor do repasse, majorando-se, proporcionalmente, o valor da contrapartida, de responsabilidade do CONVENIENTE, para cobertura dos novos custos, sujeitando-se às mesmas condições de prestação de contas.

Parágrafo Quarto. A liberação das parcelas do Convênio será suspensa até a correção das impropriedades ocorridas, nos seguintes casos:

I - quando não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas e fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio;

III - quando for descumprida pelo CONVENIENTE qualquer cláusula ou condição do Convênio.

Parágrafo Quinto. Na hipótese de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução deste Convênio, na forma do § 4º do art. 21 da Instrução Normativa nº 1, de 1997, será susutada a parcela a ser transferida, notificando-se a CONVENIENTE para sanar a situação, no prazo máximo de trinta dias, sob pena de glosa definitiva da parcela com efeitos previstos neste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Este Convênio deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução ou execução parcial.

Parágrafo Primeiro. A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza de despesa e a fonte de recursos.

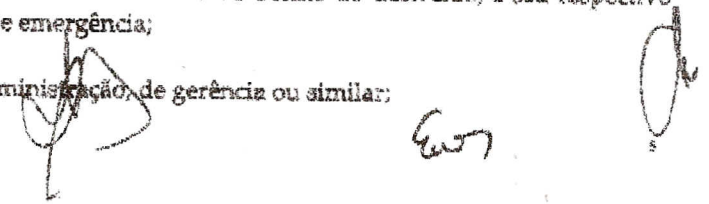
Parágrafo Segundo. A execução das despesas somente poderá ser efetuada mediante solicitação formal do responsável pela execução do Convênio.

Parágrafo Terceiro. Os recursos transferidos pelo CONCEDENTE não poderão ser utilizados para o pagamento de despesas relativas a período anterior ou posterior à vigência deste Convênio.

Parágrafo Quarto. É vedado ao CONCEDENTE:

I - utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Termo de Convênio, e seu respectivo Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência;

II - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;



III - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

IV - utilizar os recursos recebidos do **CONCEDENTE**, bem como os correspondentes à sua contrapartida, nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição Federal;

V - realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência do Convênio, bem como atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos;

VI - realizar despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

VII - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e

VIII - realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Quinto Os recursos para a execução deste Convênio, desembolsados pelos **CONCEDENTE** e **CONVENIENTE**, serão movimentados única e exclusivamente no Banco do Brasil S.A., Agência nº 3320-0, Conta-Corrente nº 5.283-3.

Parágrafo Sexto Os saldos dos recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, caso a previsão de utilização for igual ou superior a um mês, e em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a utilização se verificar em prazos menores que um mês.

Parágrafo Sétimo As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão computadas a crédito do Convênio e aplicadas, exclusivamente, na consecução de seu objeto, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, não podendo ser consideradas como contrapartida.

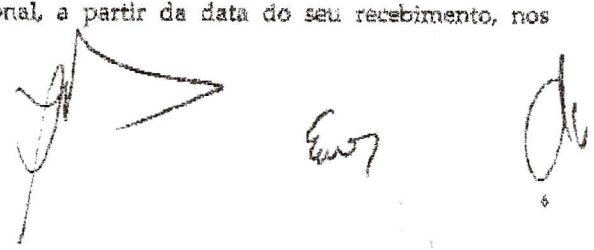
Parágrafo Oitavo. Para utilização na execução das despesas das receitas auferidas na forma do Parágrafo Sexto, a alocação dos recursos será distribuída entre os grupos de despesas que se fizerem necessários, obedecendo à natureza de despesa.

Parágrafo Nono A movimentação dos recursos realizar-se-á, exclusivamente, mediante cheque nominativo, ordem bancária, transferência eletrônica disponível ou outra modalidade de saque autorizada pelo Banco Central do Brasil, em que fiquem identificados sua destinação e, no caso de pagamento, o credor.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Sem prejuízo do disposto na letra "k" do item II da Cláusula Terceira, o **CONVENIENTE** compromete-se a restituir, no prazo de trinta dias, o valor transferido, incluído os rendimentos de aplicações financeiras, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data do seu recebimento, nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto pactuado;



II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;

III - quando não for aprovada a prestação de contas;

IV - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;

V - quando não for comprovada, na prestação de contas parcial ou final, a aplicação na finalidade estabelecida neste Convênio da contrapartida ou dos rendimentos da aplicação dos recursos no mercado financeiro; e

VI - quando ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

Parágrafo Primeiro. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Segundo. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicação financeira realizada, serão devolvidos ao órgão ou entidade concedente, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos liberados na forma deste Convênio deverá ser elaborada com rigorosa observância à Instrução Normativa nº 1, de 1997.

Parágrafo Primeiro. A prestação de contas final será feita em conformidade com o art. 28, da Instrução Normativa STN nº 1, de 1997, abrangendo o período da vigência do Convênio, será apresentada até sessenta dias após o vencimento do prazo de execução, acompanhada de:

I - ofício de encaminhamento;

II - cópia do termo de convênio, termos aditivos e do plano de trabalho e suas alterações, com indicação da data de sua publicação (Anexo I - fls. 1/3, 2/3 e 3/3 - IN/STN nº 1, de 1997);

III - relatório de execução físico-financeira (Anexo III - IN/STN nº 1, de 1997);

IV - demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro e os saldos (Anexo IV - IN/STN nº 1, de 1997);

V - relação de pagamentos - (Anexo V - IN/STN nº 1, de 1997);

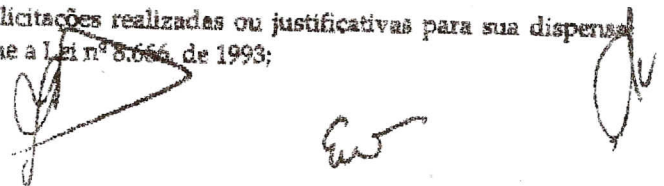
VI - extrato da conta bancária, especificando o período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento e conciliação do saldo bancário (IN/STN nº 1, de 1997);

VII - extrato da aplicação dos recursos e demonstrativo de rendimentos;

VIII - comprovantes do recolhimento do saldo de recursos não utilizados;

IX - comprovantes do recolhimento do saldo de recurso e da rentabilidade auferida no exercício;

X - cópia dos despachos adjudicatórios das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa com o respectivo embasamento legal, conforme a Lei nº 8.666 de 1993;



XI - declaração efetuada pelo responsável técnico pela contabilidade analítica, devidamente identificada, de que os documentos encontram-se arquivados, em boa ordem e à disposição do **CONCEDENTE**;

XII - exemplares dos produtos desenvolvidos no âmbito deste Convênio; e

XIII - relatório conclusivo com avaliação da execução físico-financeira do programa firmado pelo Coordenador responsável pelo Projeto, que deverá contemplar as metas previstas no Plano de Trabalho, justificando a inexecução ou execução parcial, quando for o caso.

Parágrafo Segundo. A omissão na apresentação da prestação de contas, no prazo estipulado, ou a sua não aprovação pelo **CONCEDENTE**, implicará a devolução dos recursos liberados e a inscrição do **CONVENIENTE** no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI como inadimplente.

Parágrafo Terceiro. O **CONCEDENTE** poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.

Parágrafo Quarto. A Prestação de Contas dos recursos referentes à contrapartida, deverá evidenciar as despesas à conta desses recursos, mediante os seguintes documentos:

I - demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos identificados na Cláusula Quarta, inciso II; e

II - relação dos pagamentos efetuados.

Parágrafo Quinto. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENIENTE**, identificados com o número deste Convênio e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, observado o disposto no § 2º do art. 30 da Instrução Normativa nº 1, de 1997, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas do **CONCEDENTE** pelo Tribunal de Contas da União, relativa ao exercício em que ocorreu a concessão

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRODUTOS E METODOLOGIA DESENVOLVIDOS

Os produtos e as metodologias desenvolvidos com recursos oriundos deste Convênio são de propriedades do MTE, ficando proibida sua distribuição e reprodução sem autorização prévia do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

Este Convênio terá vigência a partir da assinatura, encerrando no dia 30 de junho de 2008, na forma do inciso III, do art. 7º da IN nº 1, de 1997, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Parágrafo Único. Havendo atraso na liberação dos recursos, o prazo poderá ser prorrogado "de ofício" pelo **CONCEDENTE**, no exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **CONCEDENTE** exercer as atribuições de coordenação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

Parágrafo Único. Para o efetivo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano de Trabalho, o **CONVENENTE** obriga-se a encaminhar, oficialmente, o **CONCEDENTE**, os seguintes documentos:

- I. relatório gerencial de acompanhamento das ações, indicando o cumprimento das metas físicas e de aplicação de recursos, a relação de funcionários da unidade executora contendo nome/função, área de atuação e remuneração, bem como relatório eletrônico físico-financeiro das despesas realizadas, até o dia 10 do mês subsequente ao vencido, a contar da data de assinatura do Convênio;
- II. até sessenta dias após o término da vigência do Convênio relatórios de execução físico-financeira e prestação de contas final, em conformidade com a IN nº 1, de 1997 e relatório analítico dos produtos desenvolvidos, explicitando os resultados alcançados;
- III. fica a critério do **CONCEDENTE** proceder a alteração da periodicidade dos relatórios prevista neste item, bem assim a solicitação de informações adicionais sobre os resultados;
- IV. o **CODEFAT** poderá contratar auditoria operacional para avaliação de resultados das atividades desenvolvidas em razão deste Convênio, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AUDITORIA

Os órgãos do Sistema de Controle Interno e Externo verificarão a legalidade, a legitimidade e a economicidade da gestão dos recursos destinados à execução deste Convênio, independentemente da ação fiscalizadora dos órgãos de controle interno e externo da União, de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DIVULGAÇÃO

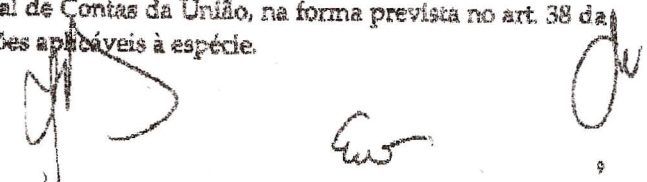
O **CONVENENTE** se obriga a fazer constar a identificação do Governo Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, nos termos da Resolução do **CODEFAT** nº 44, de 12 de maio de 1993, nos seguintes casos:

- I - nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios, internet e matérias na mídia, assim como produtos de convênios e contratos, tais como livros, relatórios, vídeos, CD-Rom e outros meios de divulgação; e
- II - em qualquer outra atividade em curso ou que venha a ser desenvolvida.

Parágrafo Primeiro. A identificação do Governo Federal, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT devem receber o mesmo destaque dado ao **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

A inexecução ou execução parcial deste Convênio pelo **CONVENENTE** poderá, garantida a prévia defesa, ocasionar a revisão de ofício do mesmo, sua rescisão ou a instauração da competente Tomada de Contas Especial, visando a apuração dos fatos, a identificação dos responsáveis e a quantificação do dano, pelo **CONCEDENTE** ou pelo Tribunal de Contas da União, na forma prevista no art. 38 da IN nº 1, de 1997, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis à espécie.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Além dos motivos elencados no art. 36 da Instrução Normativa STN nº 1, de 1997, este Convênio poderá ser rescindido pelos Partícipes na ocorrência de quaisquer dos motivos enumerados nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993, observado, no que couber, os preceitos do art. 79 e as consequências previstas no art. 80 daquele mesmo diploma legal.

Parágrafo Único. Este Convênio também poderá ser rescindido por acordo dos Partícipes, ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta dias, imputando-se-lhes, em qualquer hipótese, as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido o Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo, por acordo dos Partícipes, desde que não implique em alteração do seu objeto, devendo o respectivo pedido ser apresentado no prazo mínimo de quarenta e cinco dias, antes do término de sua vigência, conforme Portaria MTE/SPPE, nº 72, de 17 de julho de 2007, publicada no Boletim Administrativo nº 14, de 20 de julho de 2007.

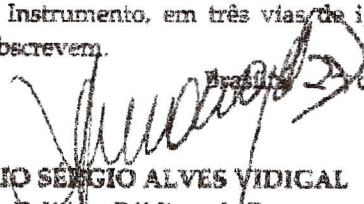
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

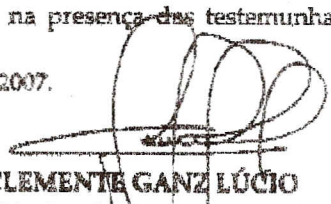
O **CONCEDENTE** providenciará, às suas expensas, publicação no Diário Oficial da União, do extrato do presente Convênio, no prazo e na forma do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993.

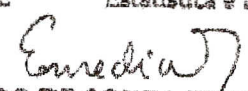
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

É competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do art. 109 da Constituição Federal.

Firmam este Instrumento, em três vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

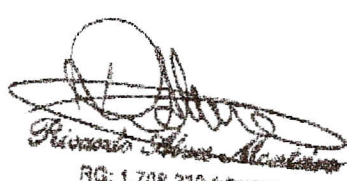

ANTONIO SÉRGIO ALVES VIDIGAL
Secretário de Políticas Públicas de Emprego do
Ministério do Trabalho e Emprego - SPPE


CLEMENTE GANZ LÚCIO
Diretor Técnico do Depto. Intersindical de
Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE


LUIZ FERNANDO DE SOUZA EMEDIATO
Presidente do CODEFAT

Testemunhas:

Nome: *Mônica Santos de Andrade*
CPF: *847.249.061-00*
CI: *391.3680-50P/00*

Nome: 
CPF: *Pivônio Sales Martins*
CI: *RG: 1.708.239-6 SP/DF*
CPF: 784.066.781-15